

ADICIONAL NOTURNO

Vitória da categoria! Justiça do Trabalho determina, e Cagece volta pagar o percentual de 120% do benefício.

Página 4

Sindiagua na luta em defesa dos aprovados no concurso da Cagece

A direção do Sindiagua se reuniu, no último dia 15/01, com cerca de 70 pessoas que foram aprovadas no concurso público da Cagece e que neste momento estão no cadastro de reserva da empresa. A reunião foi motivada pelo próprio grupo que tem solicitado apoio do sindicato para garantir a convocação.

Durante a reunião, o coordenador geral do Sindiagua, Jadson Sarto, se comprometeu em ajudar na luta para que o Governo do Estado cumpra o compromisso assumido de, até o final da atual gestão, igualar proporcionalmente a quantidade funcionários próprios da Companhia e de terceirizados (hoje, para cada funcionário próprio da Cagece existem três empregados terceirizados). Em 2012, o Governador Cid anunciou que o concurso da Cagece preencheria 945 vagas. As convocações realizadas até o momento visaram preencher somente as 315 vagas criadas.

CADÊ A RESPOSTA DA CAGECE? - Após o encontro com o grupo Cadastro de Reserva do concurso da Cagece, a direção do Sindiagua se reuniu, no dia 20/01, com o presidente da Companhia, André Facó, e solicitou informações sobre as próximas convocações (além das que já



estavam previstas). O presidente da Cagece afirmou que não tinha, no momento da reunião, segurança suficiente para dar as respostas necessárias. Mas se comprometeu em enviar um ofício ao Sindiagua até o dia 27/01 respondendo aos vários questionamentos da entidade. Até o fechamento desta edição, o sindicato não recebeu nenhum retorno do presidente da empresa. “Cobramos uma resposta da Cagece sobre esse assunto que é de interesse coletivo”, destaca Jadson.

Surgem novas notícias de suposto projeto de privatização da Cagece

Voltaram a surgir informações na imprensa sulista de que há um projeto de privatização da Cagece em curso. Um blog voltado ao universo empresarial intitulado Relatório Reservado afirmou que o Governador Cid Gomes “elegeu como uma das prioridades de seu último ano de mandato a venda de até 49% do capital da concessionária”. O texto afirma que Cid estaria procurando (na iniciativa privada) sócios para a Companhia.

Em reunião com o presidente da Cagece no dia 20/01, o coordenador geral do Sindiagua, Jadson Sarto, questionou a veracidade das informações. O presidente da empresa André Facó negou veementemente as notícias do blog. “Depois que o Governo do Estado e a direção da Cagece modificaram (contra a vontade dos trabalhadores e sob protesto do sindicato) a lei de criação da Cagece (abrindo caminhos para que a Companhia possa se associar a empresas privadas), o risco da privatização é maior. Já entregaram o serviços de abastecimento de água do Complexo Portuário do Pecém à iniciativa privada! Precisamos, mais do que nunca, estar atentos”, alerta Jadson Sarto.

Para que continuar com a HidroSystem na UN-MTN?

Durante a reunião com o presidente da Cagece, Jadson Sarto sugeriu que a Companhia não renovasse o contrato com a HidroSystem ou qualquer outra empresa privada. A HidroSystem nos últimos anos vem sendo responsável pelos serviços de saneamento do setor Norte de Fortaleza. Jadson defendeu que, com planejamento e com a convocação de mais aprovados no concurso, a Cagece poderia retomar as atividades da região, hoje delegadas à iniciativa privada.

“O lucro que hoje é obtido pela HidroSystem poderia representar uma receita para a Cagece investir na ampliação, operação e manutenção do sistema de água e esgoto da cidade, bem como em mais benefícios para os trabalhadores”, ressaltou Jadson. A retomada dos serviços de saneamento do setor Norte é uma luta do Sindiagua.

O Governo do Estado e a velha indústria da seca

Por Jadson Sarto - Coordenador Geral do Sindiagua

Ao mergulhar numa caixa de descarga para tentar consertar vazamentos decorrentes do rompimento da adutora de Itapipoca e, posteriormente, prometer um crédito de R\$ 200 nas contas da Cagece daquele município, o Governador do Estado lembrou as táticas políticas que perpetuam a velha indústria da seca. Fez de uma questão grave - a falta d'água - um fato auto-promocional. Mais: tentou, com este episódio, esconder a ineficiência de seu Governo na execução e fiscalização da obra da adutora.

Não por acaso a concessão do tal crédito de R\$ 200 fez com que o Ministério Público Eleitoral no Ceará instaurasse um procedimento administrativo para investigar o Governador Cid Gomes por suposto abuso de poder político. O MP argumenta que a atitude do governador cearense pode, de fato, ter sido motivada por finalidades eleitorais.

Afora o questionamento legal, o fato merece reflexões sobre como a seca vem sendo tratada no Ceará. Quase 100% do território cearense está no semiárido, o que por si só torna a água nosso bem mais precioso. Deveria, portanto, ser tratada com máxima prioridade. Mas o que vemos, apesar dos avanços sociais recentes que o País conquistou, é a repetição de cenas do atraso: carros-pipa com água contaminada, gado morrendo, comunidades

desabastecidas e promessas não cumpridas. Resultados da falta de ações preventivas que promovam uma real política de convivência com o semiárido.

É preciso mudanças. Não cabe mais aceitar que a falta de chuva

seja usada como desculpa oficial para a calamidade da seca. A seca é também política. Basta lembrar: o Governador que prometeu um desconto de R\$200 reais nas contas da Cagece em Itapipoca é o mesmo que implantou o novo imposto de contribuição por melhorias e que poderá cobrar pelos “benefícios” das obras que executa. O Governo que gasta milhões com propaganda em TV, rádio e jornal é o mesmo que não investe um tostão em uma campanha publicitária que oriente a população a economizar água. É o mesmo que não possui um programa de perfuração de poços consistente e que está distante das comunidades rurais e entidades que militam pelo direito à terra e à água.

Finalizo questionando: como devem estar se sentindo os milhares de cearenses atingidos pela seca que também estão sofrendo com falta d'água por falhas do Estado e não tiveram direito aos mesmos R\$ 200? E quanto às inúmeras vítimas da fracassada política de segurança pública do nosso Estado, o Governador também disponibilizará o mesmo “crédito”?



Seca: Sindiagua cobra ações do Governo do Estado em reportagem do Diário do Nordeste

O jornal Diário do Nordeste ouviu o coordenador geral do Sindiagua, Jadson Sarto, sobre a possibilidade de mais um ano de seca no Ceará. No texto da matéria, publicado no dia 23/01, Jadson afirma que mais um ano de estiagem pode levar vários municípios a uma situação de colapso no abastecimento de água para o consumo humano. “Se o cenário atual já é bastante grave, persistindo a falta de chuvas, muitas cidades correm o risco de viver uma situação muito mais dramática”.

O coordenador da entidade também critica morosidade do Governo do Estado e cobra ações mais efetivas: “já deveríamos, desde o primeiro ano de estiagem, ter dado início a uma campanha de contingência que orientasse a população a economizar água. Não há um programa de perfuração de poços consistente (o Governo do Estado possui somente sete máquinas perfuratrizes e somente no final do ano passado decidiu licitar novas perfurações de poços). As comunidades rurais e entidades que militam pelo direito à terra e à água não são ouvidas. Não vemos o Governo do Estado agir de forma mais enérgica para ajudar a viabilizar a transposição do Rio São Francisco. É preciso fazer muito mais do que está sendo feito”.

O Sindiagua volta a cobrar um planejamento para a área do



saneamento e recursos hídricos. Já são quase oito anos de uma gestão que não priorizou esse setor essencial para a vida. O Governo do Estado demonstra que só tem planejamento para suas obras faraônicas. Mas quando se trata de garantir o acesso à água, só age quando a crise está instalada, e mesmo assim de forma lenta, ineficiente e com obras de “gambiarra” (como a adutora da Itapipoca). Isso prova que nem um plano consistente de contingência para conter a crise (instalada há mais de 2 anos) foi elaborado.

VITÓRIA DOS CAGECIANOS!

Adicional noturno: Justiça do Trabalho reconhece direito da categoria!

Desde novembro de 2013 a Cagece vem, por determinação da Justiça do Trabalho, pagando o percentual de 120% relativo ao adicional noturno dos trabalhadores da ETA-Gavião e dos operadores das elevatórias de água da empresa. A decisão da Justiça do Trabalho foi fruto de uma ação trabalhista do Sindiagua.

Em 2009, a Cagece havia, de forma arbitrária, reduzido o percentual do benefício para apenas 20%. Apesar de a Companhia ter alegado a legalidade da redução, a Justiça do Trabalho afirmou que o percentual de 120% do valor das horas trabalhadas no período noturno foi definido pela empresa há 10 anos, sendo, portanto um direito adquirido. "A luta do Sindiagua e da categoria foi vitoriosa! Recuperamos um direito que foi violado pela



empresa", resalta Jadson Sarto, coordenador geral do Sindiagua.

Durante a última reunião da MENP, realizada no dia 23/01, a direção do Sindiagua questionou sobre o pagamento dos valores retroativos ao período em que a Cagece aplicou a redução do benefício. A empresa afirmou que estava sendo feito um levantamento dos cálculos e que posteriormente efetuará o pagamento.

A Companhia informou ainda que, até ser concluída uma adaptação no sistema de informática, o pagamento do benefício seria feito

da seguinte forma: 20% no dia 30 de cada mês e 100% no dia 15 do mês seguinte. O Sindiagua lamenta que os trabalhadores sejam prejudicados por falta de um sistema de informática mais avançado.

Sindiagua divulga nota pública sobre rompimento da adutora de Itapipoca

A direção do Sindiagua publicou na imprensa local uma nota sobre o recente episódio de rompimento da adutora de Itapipoca. O texto ressalta que a obra não foi executada nem fiscalizada pelos trabalhadores da Cagece e cobra respostas do Governo do Estado para o caso, lembrando que o poder executivo tem responsabilidade sobre o episódio. Confira o conteúdo na íntegra:

ROMPIMENTO DA ADUTORA DE ITAPIPOCA REVELA INCOMPETÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO

Sobre o recente episódio do rompimento da adutora recém-construída pelo Governo do Estado para fornecer o abastecimento de água no município de Itapipoca, a direção do Sindiagua vem a público apresentar as seguintes considerações:

1. Os trabalhadores e técnicos da Cagece e da Cogerh não foram responsáveis pela execução e fiscalização desta obra. As companhias só foram chamadas pelo Governo do Estado para intervir após o rompimento dos diversos trechos da adutora. Os trabalhadores da Cagece e Cogerh – que estão, neste momento, dedicando sua experiência e conhecimento técnico para realizar reparos de emergência na adutora e levar água à população de Itapipoca - não podem, portanto, ser responsabilizados pelas falhas grosseiras na construção e fiscalização da obra.

2. A atitude populista e autopromocional do Governador do Estado de mergulhar em uma caixa de descarga da adutora não remedia muito menos esconde as graves falhas do Governo do Estado na execução desta obra. O episódio lamentável revela incompetência do Governo na execução desta obra que é de suma importância para a garantia de direitos básicos da população.

3. Ao fornecer à população de Itapipoca um crédito de R\$ 200 reais nas contas da Cagece (em ano eleitoral), como fica a situação dos moradores de outros municípios (inclusive de vários bairros da Fortaleza) que sofrem prejuízos constantes de desabastecimento de água provocados pelas falhas do Governo? Eles também não teriam o direito a essa concessão?

4. O rompimento da adutora é apenas mais um episódio que reflete a ineficiência e a falta de planejamento do Governo do Estado com relação ao saneamento e às políticas de convivência com o semiárido. Investimentos altíssimos têm sido feitos em publicidade, porém, não foi realizada nenhuma campanha educativa nos meios de comunicação e nem um plano de contingência que orientasse a população a usar de forma consciente a água ao longo destes dois anos de uma das piores secas da nossa história. Enquanto falta água para o consumo humano e há municípios que estão sem receber o socorro de carros-pipa, o Governo do Estado entrega a empresas privadas o serviço de fornecimento de água às indústrias do Complexo Portuário do Pecém.

5. O Governo do Estado deve explicações à sociedade cearense, respondendo, por exemplo:

- Por que optou por terceirizar o trabalho de fiscalização da adutora (menosprezando a experiência dos técnicos da Cagece ou Cogerh)?
- Quais outras obras foram feitas pelas empresas que construíram a adutora de Itapipoca e como se deu o trabalho de fiscalização das mesmas?
- Que medidas serão tomadas para punir os responsáveis pelas falhas na fiscalização da obra? Esperamos que o Ministério Público e demais órgãos competentes adotem medidas necessárias e urgentes.
- Quais foram os critérios adotados para o pagamento das empresas que executaram a obra (tendo em vista que antes de se efetuar qualquer pagamento são necessários testes na tubulação da adutora)?
- Como serão repostos os recursos da Cagece e Cogerh (destinados ao saneamento público e acesso à água) que foram gastos para solucionar as falhas técnicas da adutora?

A direção do Sindiagua repudia a forma como o Governo do Estado tem tratado o acesso à água e ao esgotamento sanitário e cobra políticas concretas que acelerem a universalização do saneamento básico em nosso Estado.

Jadson Sarto - Coordenador Geral do Sindiagua

PCR, PRSP e PLR são discutidos em MENP

A última reunião da MENP, realizada no dia 23/01, debateu uma série de reivindicações da categoria. Confira um resumo de cada item debatido.

PCR – A Cagece informou que a empresa contratada para fazer a revisão do PCR concluiu o levantamento das informações necessárias sobre a situação atual dos empregados. Estes dados estão reunidos em um documento que é o primeiro produto do trabalho de revisão. Até o dia 05/02 o documento será entregue ao Sindiagua.

PRSP – A Cagece ficou de apresentar a nova proposta do PRSP à categoria. Os representantes da empresa não deram certeza se as sugestões apresentadas pelo Sindiagua foram contempladas. O sindicato espera que a Cagece apresente um PRSP que realmente reconheça os serviços prestados pelos trabalhadores à empresa, garantindo, por exemplo, plano de saúde vitalício ao titular e cônjuge. O Sindiagua, após ter conhecimento das propostas do PRSP, divulgará sua posição.

PLR – O Sindiagua solicitou a antecipação do pagamento da PLR. A empresa ficou de dar uma resposta na primeira semana de fevereiro. Segundo a Companhia, com base nos dados mais recentes, a PLR deverá

ficar em aproximadamente 102%. O Sindiagua mais uma vez lamenta que o Sistema de Gerenciamento de Resultados (SGR) seja o vilão dos trabalhadores, impedito que o pagamento da PLR não chegue ao percentual máximo de 110%. A entidade novamente cobra que a Cagece responsabilize as gerências que causaram prejuízos à categoria por não alimentarem o SGR dentro do prazo.

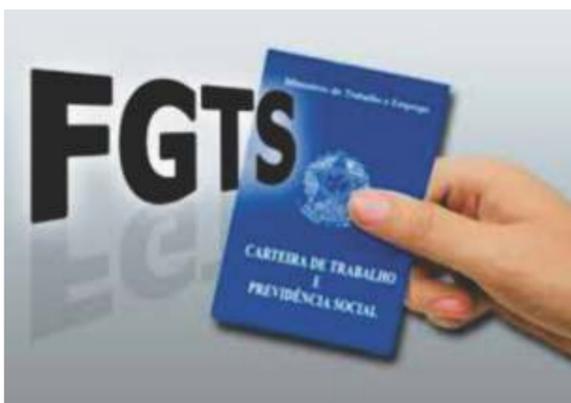
Pagamentos de novos concursados – Sindiagua cobrou da Cagece solução para que as próximas turmas de concursados a serem convocadas não sejam prejudicadas com novos atrasos nos pagamentos do adiantamento quinzenal, do vale alimentação e das diárias relativas ao treinamento da empresa. Os concursados da terceira turma convocada demoraram cerca de um mês para receber os benefícios. A Cagece justificou o atraso alegando problemas no sistema de informática que inviabilizaram a operacionalização dos pagamentos. A direção do Sindiagua lembra que a Cagece pode efetuar estes pagamentos por meio de folha suplementar. “Da mesma forma que a empresa cobra pontualidade do trabalhador, nós também cobramos que a Companhia cumpra com os deveres que tem com a categoria”, ressalta Jadson Sarto, coordenador geral do Sindiagua.

Trabalhadores podem ingressar com ação para correção do FGTS

A direção do Sindiagua está disponibilizando sua assessoria jurídica para representar e defender os associados que quiserem ajuizar na justiça ação para reivindicar a revisão dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que, segundo apuração das centrais sindicais, sofreu perdas de até 88,3%, desde 1999. As perdas ocorreram devido à correção errada da Taxa de Referencial (TR), que é aplicada sobre os saldos depositados no Fundo.

A partir de uma ação a ser movida pelo sindicato, a entidade vai pedir o recálculo retroativo da TR para repor as perdas na correção do FGTS desde 1999, ano em que a taxa começou a ser reduzida. Podem ser contemplados na ação todos os trabalhadores que tiveram e/ou tenham algum saldo em seu FGTS entre 1999 e 2013, aposentados ou não.

Aqueles que se interessarem, devem entregar na sede do Sindicato cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, extrato analítico do FGTS do período de 1999 a 2013 (a ser providenciado junto à Caixa Econômica



Federal), comprovante de endereço e Carteira Profissional de Trabalho (cópia das folhas assinadas). No ato da entrega, o associado assinará uma procuração permitindo que o Sindiagua o represente. Os trabalhadores do interior podem entregar a documentação ao advogado Rafael, às segundas, das 9h às 12h. Já os trabalhadores da capital e região metropolitana devem procurar os advogados Eduardo e/ou Carlos nas sextas, das 9h às 12h.

NOTA DE PESAR

A direção do Sindiagua manifesta solidariedade aos parentes e amigos pelo falecimento do Sr. Vilmar Pereira da Silva (advogado do Sindiagua); do Sr. Francisco Edival Alves de Hollanda, pai de André Ribeiro de Hollanda (GETIC); da Sra. Antônia de Maria Oliveira Martins, esposa de Raimundo Farias Martins (Cagece Hidrolândia); e da Sra. Regina Márcia Melo Araújo, esposa de Nilo Sérgio de Araújo (GEFAR).

Sindiagua disponibiliza contador para auxiliar na declaração do IR

A partir de abril, os associados do Sindiagua terão direito a um desconto na contratação de um profissional de contabilidade para realizar a declaração do Imposto de Renda (IR). A entidade subsidiará uma parte dos custos do serviço de um contador junto à empresa de contabilidade que presta assessoria à entidade. Com isso, os interessados podem declarar seu IR com auxílio de um profissional a preço de R\$ 40,00 (declaração simplificada ou completa). O preço normal cobrado pelo mercado é de aproximadamente R\$ 80,00, o que representa um desconto de 50%. Esposos(as), pais e mães de associados também têm direito ao desconto. O atendimento do contador será na sede do sindicato, no período da manhã (de 8h às 12:00h) e à tarde (das 13h às 18h), nas seguintes datas: 02, 03, 09, 10, 16, 23, e 24 de abril de 2014.

O Sindiagua lembra que o associado que inserir na declaração de seu Imposto de Renda os nomes dos pais que são dependentes garante que os mesmos tenham direito ao plano de saúde, conforme exigência da ANS (Agência Nacional de Saúde).